



Petição Popular

„Black Voices“

Catálogo de
exigências

Educação

A prevenção de racismo começa na educação. Professores e alunos devem desaprender o racismo e aprender anti-racismo. Estabelecimentos de ensino devem facultar inclusão.

Por isso, exigimos:

1. O ensino e acompanhamento pedagógico têm que incorporar um trabalho educativo e sensibilização sobre racismo bem como a reflexão sobre privilégios em cooperação com anti-racismo nas instituições extraescolares e extrauniversitários, por exemplo em forma de oficinas ou cursos livres. Além disso deve ser introduzido o princípio educacional de „post-colonialismo“ na Áustria.
2. Tem que se examinar e corrigir todos os livros escolares tanto como conteúdo das aulas de todas formas de ensino a conteúdos que seguem com continuidades discriminatórias, racistas, colonialistas e eurocentristas. Tem que se reproduzir a diversidade da população em todas as mídias educacionais e conteúdos das aulas e tem que se representar pessoas negras e pessoas de cor com os mesmos direitos de igualdade.
3. Pedagógica inclusa¹ como formação básica de professores bem como formações profissionais obrigatórias por pedagogos e pedagogas de todas as formas de ensino pela sensibilização sobre racismo, pela reflexão sobre o privilégio próprio e vantagens próprias, e um trato melhor com diversidade e multilinguismo.
4. Substituição das aulas alemãs segregadas por um ensino do alemão coletivo, adaptado aos pressupostos individuais dos alunos. Apoio dirigido aos alunos com aumento do contingente de horas por reforço escolar e por meio de expansão de escolas de tempo integral e de ensino na língua materna.
5. Aumentar a proporção de pessoas negras e pessoas de cor na área de professores, pedagogos e diretores.
6. Estabelecer centros de aconselhamento e intervenção independentes e extraescolares tanto como postos de notificação por incidentes racistas em todos os estados que são acessíveis por jovens (por exemplo tratamento por meio de chat ou linha direta)

¹ com consideração especial de diversidade étnica, cultural e religiosa

Representação e público

As pessoas negras e pessoas de cor fazem tanto parte da sociedade quanto todas as outras pessoas que vivem na Áustria. Isso deve ser proclamado! Seja na mídia, na política ou na paisagem urbana.

Portanto, exigimos:

1. Vincular o direito de voto ao local da residência principal. Introdução do direito de voto ativo e passivo em todos os níveis políticos, a partir de um período registrado de residência de cinco anos na Áustria.
2. Aumentar a participação de pessoas negras e pessoas de cor no preenchimento de grêmios políticos e grêmios de fiscalização de empresas em quais o Estado tem participação. Um foco especial teve-se ter pelas mulheres negras e mulheres de cor.
3. Um/a Comissário/a anti-racismo para cada instituição estatal, desde o nível distrital até federal. Esses comissários devem ser principalmente pessoas negras e pessoas de cor.
4. Nenhuma menção da origem de perpetradores e suspeitos nas mídias.
5. A mudança imediata de nomes de ruas e lugares racistas e colonialistas (por exemplo, “Mohrengasse”)
6. A proibição de propaganda, estratégias de marketing e outros conteúdos comerciais que retratam pessoas negras e pessoas de cor (especialmente mulheres) de forma depreciativa, estereotípica, sexista, e/ou racista.

Saúde

Racismo impacta negativamente na saúde física e psíquica dos afetados. O foco da pesquisa médica é principalmente em corpos de homens brancos. O grupo de pessoas não levado em consideração tem um risco maior de erros de tratamento e de diagnósticos falsos, que por sua vez, podem ter consequências fatais de saúde.

O sistema de saúde tem que assegurar igualdade de oportunidades de saúde e uma assistência médica adequada para todas as pessoas.

Portanto, exigimos:

1. Expansão da diversidade na pesquisa médica, no ensino médico e na prática médica para gerar um conhecimento científico mais amplo e individualizado sobre o corpo humano de cada cor de pele (modelado em medicina de gênero e pediatria)
2. Aumento do financiamento público de estudos que cientificamente lidam com a saúde de pessoas negras e pessoas de cor (entre outros efeitos de definição de perfil racial e de racismo à psique).
3. Oficinas de anti-racismo e mudanças na formação tanto como formações em serviço por psicólogos, psiquiatros e psicoterapeutas a fim de incluir experiências de pessoas negras e pessoas de cor na pesquisa e na terapia.
4. Oficinas de anti-racismo e mudanças na formação tanto como formações profissionais para pessoal médico estagiando numa clínica (especialmente na área de medicina geral) a fim de tratar pessoas negras e pessoas de cor individualmente do melhor jeito, conforme o modelo biopsicossocial.
5. Oficiais de anti-racismo na câmara de médicos, nas clínicas e em advocacias de clientes tanto como instalações independentes para registro de incidentes racistas.
6. Instalação de programas financiados pelo estado (por exemplo, bolsas) nas universidades a fim de motivar pessoas negras e pessoas de cor na área de medicina.

Mercado de trabalho

Diversidade no local de trabalho é uma manifestação de participação com direitos de igualdade de pessoas negras e pessoas de cor. Os chefes de empresas e firmas devem estabelecer a diversidade como parte de cultura empresarial e assegurar um ambiente de trabalho livre de racismo.

Portanto, exigimos:

1. Oficinas anti-racismo em empresas com participação direta e indireta do estado para todo pessoal a fim de obter uma cultura organizacional aberta e inclusiva e também o oferecimento de oficinas anti-racismo por empresas privadas através do ministério de trabalho em cooperação com expertos e organizações anti-racistas externas.
2. Aumentar a proporção de pessoas negras e pessoas de cor em empresas estatais em todos os níveis de funcionários. Essa estratégia deve ser estabelecida centralmente no desenvolvimento da organização e no processo de candidatura.
3. Empresas privadas que promovem diversidade de forma sustentável, devem ser preferencialmente recebidas em serviços públicos (adicionais).
4. Consolidação de reconhecimento de educações e títulos universitários de migrantes na Áustria.

Polícia

A Polícia e a justiça são essenciais por a luta contra o racismo. Incidentes racistas devem ser punido consequentemente dentro e fora da polícia e da justiça e afeitados devem receber suporte adequado. Instituições de segurança devem proteger e ajudar todas pessoas igualmente.

Portanto, exigimos:

1. Um serviço psicossocial de e para pessoas negras e pessoas de cor para casos de violência policial racista.
2. Um posto novo e independente para controle e reclamações contra comportamento incorreto policial – explicitamente fora do Ministério do Interior – com especialistas. Na seleção dos especialistas, deve ser garantido que pessoas negras e pessoas de cor tenham prioridade na candidatura no caso de terem qualificações iguais.
3. Consequências lícitas, efetivas em caso de comportamento incorreto de funcionários executivos.
4. Simplificação do procedimento por vítimas de violência policial racista.
5. Uso obrigatório de bodycams e anexo do número de plantão no uniforme dos agentes policiais.
6. Treinamento anti-racismo como parte da formação policial, realizados pelo especialistas externos. Na seleção dos especialistas, deve ser garantido que pessoas negras e pessoas de cor tenham prioridade na candidatura no caso de terem qualificações iguais.
7. Insultos públicos e devassidão contra grupos ditos no parágrafo § 293 Abs. 1 StGB devem ser processados independente da escolha das palavras e da presença de outras pessoas. A ação penal do contraventor ocorre se as pessoas afetadas desejam, mas não é necessário apresentar um processo privado. Em caso de uma acusação privada, a taxa de 270 euros cobrada pelo Tribunal Penal, não tem de ser paga pela pessoa que sofreu a libertinagem.

Refugio e migração

Uma política de migração humana é a base para uma sociedade aberta e inclusiva. Para isso os princípios dos direitos humanos devem ser respeitados, calúnia contra migrantes deve ser evitada e refugiados devem ser ativamente ajudados.

Portanto, exigimos:

1. Obrigação do governo austríaco com a renovação do Sistema Europeu Comum de Asilo (CEAS) e com a criação de meios seguros e legais à Europa, em conformidade com os princípios da Carta dos Direitos Humanos da ONU e da Convenção Europeia de Direitos Humanos (ECHR)
2. Participação ativa da Áustria em programas de repovoação e de realojamento, especialmente na forma de admissão de refugiados dos centros de acolhimento lotados.
3. Inclusão de todas as pessoas com background migratório na sociedade austríaca pela consolidação dos cursos de alemão e do financiamento público de cursos de alemão, pelo aumento de ofertas de integração no mercado de trabalho, e pelo alargamento do acesso dos requerentes de asilo ao mercado de trabalho.
4. Treinamento anti-racista obrigatório para todos participantes no processo de asilo tanto como oferta de apoio psicológico e assistência às crianças durante a audiência e negociação verbal.
5. Adoção de medidas contra incitação, violência racista e insulto (público) racistas contra requerentes de asilo, refugiados e migrantes, particularmente em campanhas eleitorais e no discurso político, assim como – se denunciado – ação penal consequente.

²engloba oficiais policiaes que fazem a primeira interrogação de requerentes de asilo, oficiais de procedimento do Departamento Federal de Imigração e Asilo, conselheiros jurídicos e conselheiros de retorno da Agência Federal de Assistência e Apoio (BBU), juizes e pessoal jurídico do Tribunal Administrativo Federal, que são envolvidos nos procedimentos de asilo, representantes legais, especialistas formados e responsáveis por aquisição de dados pelo Bureau Federal de Documentação tanto como peritos do Tribunal Administrativo Federal.